

SEGUNDA VAGA DA PANDEMIA



Cerca de 7,1 milhões de habitantes, residentes em 121 concelhos do território continental, onde há “risco elevado de transmissão da covid-19”, têm o dever de permanência em casa, exceto para deslocações autorizadas, como compras, trabalho, ensino e atividade física. Portugal entra a partir desta quarta-feira, 4 de novembro, em confinamento parcial. A lista dos municípios será atualizada a cada 15 dias e pode ser consultada em covid19estamoson.gov.pt



pág. 4

PRESIDENTE

“O PSD NÃO SE PODE PRONUNCIAR SOBRE MEDIDAS QUE DESCONHECE”

No final de uma audiência, dia 2 de novembro, Nuno Morais Sarmento afirmou que os social-democratas nada têm a opor ao pedido de declaração do estado de emergência apresentado ao Presidente da República pelo Governo



pág. 8

LOCAIS

SÓNIA RAMOS ELEITA PRESIDENTE DA DISTRITAL DE ÉVORA DO PSD

Sónia Ramos foi reeleita presidente da Distrital de Évora do PSD, com 92,7% dos votos expressos, dia 30 de outubro, e estabeleceu como prioridade as eleições autárquicas de 2021



pág. 9

REGIONAIS

PSD/MADEIRA DESTACA REFORÇO DOS APOIOS SOCIAIS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENVELHECIDA

O PSD/Madeira considera que a adaptação das medidas sociais operada pelo governo regional, face à pandemia de covid-19, se tornou “mais evidente” nos concelhos rurais e com uma população mais envelhecida



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

À DERIVA

Há poucos dias, o canal de notícias da televisão pública transmitiu uma reportagem denominada "Perigo na Alfândega", que versa sobre o funcionamento do controlo de passageiros e de mercadorias no aeroporto de Lisboa. Recentemente, foi inaugurado o Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária no Aeroporto de Lisboa (EECIT), instalações destinadas à permanência transitória e temporária dos cidadãos em situação irregular.

Acontece que, por mais que nos esforcemos, estas duas operações de charme e de relações públicas, de conteúdo positivo, não permitem apagar a memória do assassinato bárbaro do cidadão ucraniano Ihor Homenyuk, que, no dia a 12 de março, passou as últimas 15 horas da sua vida em completa agonia. Portugal, que deveria ser um ponto seguro, de chegada ou de transeuntes estrangeiros, pode, afinal, ser uma masmorra, que a todos nos envergonha. Esta ocorrência foi, inevitável e fatalmente, um autêntico murro no estômago no Estado de Direito.

Em nenhum estado democrático, com direitos, liberdades e garantias, com valores e princípios, de tolerância, não poderiam, nem deveriam ter lugar episódios ignóbeis e medievais como este. Não foram apenas as agressões, foi a tentativa suja e desesperada de ocultar a própria sequência de acontecimentos, que inexoravelmente degradam e desonram a imagem de Portugal, no contexto internacional, ao nível dos direitos humanos.

O Ministério Público acusou dois agentes do Serviço de Estrangeiro e Fronteiras (SEF), pelo crime de homicídio qualificado, na forma consumada, em coautoria. Por seu turno, a Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) implicou também, nestes factos, 12 inspetores dos mesmos serviços.

E o ministro da Administração Interna (MAI), o que tem a dizer? O silêncio é ensurdecedor. Não basta condenar a ocorrência, propriamente dita.

É preocupante a ação do MAI, ou a falta dela, sobre todas as questões centrais relacionadas com a segurança interna.

Existem demasiados casos que embaraçam um ministro que se confirma, cada vez mais, sem peso político e desgastado, como o Governo, que com apenas um ano, está esgotado, no estilo autista de implementar reformas ou de tomar decisões, como se estivesse em final de legislatura.

Na prevenção e combate aos incêndios florestais, na incapacidade de reabilitação das zonas atingidas pelos fogos, na desvalorização do problema das rotas de migrantes ilegais que desembarcam nas praias do Algarve, nos "guetos" de hostels, onde se instalam, como cogumelos, centenas de cidadãos ilegais, que na primeira oportunidade fogem para parte incerta, no subfinanciamento às corporações de bombeiros ou na desresponsabilização do caso das "golas" ant-fumo.

Um ministro, que tal como o Governo, à imagem do PS, deixa transparecer a tradicional e completa inaptidão para governar e uma manifesta ausência de coragem para decidir. Quando as notícias são adversas, o MAI ou responde com pesporrência ou desvaloriza os factos, por mais graves que eles sejam.

Para que queremos um ministro da administração interna que não assume, como lhe incumbe, a segurança dos cidadãos? De que serve um Ministério que denota instabilidade, falta de liderança e não atua perante este catálogo infundável de episódios que estão a minar a autoridade de Estado?

Estamos à beira de um novo estado de emergência, mas pela aragem, melhor será que, na Administração Interna, seja decretado o estado de insuficiência. Mais grave que a crise sanitária, é um Governo demitir-se do exercício da autoridade de Estado e a deixar os cidadãos à mercê da sua sorte.

É oficial. O MAI está à deriva e algemado na sua própria incapacidade.

"EM NOME DO APOIAMOS A DE EMERGÊN



O INTERESSE NACIONAL, DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA



O Presidente do PSD reiterou, dia 2, que o PSD está sempre “do lado da solução e não do problema”, e que, “em nome do interesse nacional, apoia a declaração do estado de emergência”.

Em declarações aos jornalistas, Rui Rio afirmou que “o estado de emergência é mais uma questão de direito do que uma questão política” e que o encara como uma “necessidade para dar ao Governo o quadro legal para tomar medidas” dentro do quadro constitucional.

No entanto, este regresso ao estado de emergência não será como o declarado no início da pandemia, que teve “medidas muito pesadas, que não podem ser tomadas por razões de ordem económica”.

No final de uma visita à ANIVEC - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção, Rui Rio reafirmou a necessidade de se “segurar as empresas e o setor”, pois a reabertura das empresas que fechem “será muito difícil”. “Dentro das possibilidades de Portugal, temos de fazer tudo para manter as empresas à tona da água, temos de remar para o mesmo lado”, defendeu o Presidente do PSD, salientando a necessidade de

se defenderem “empresas e os postos de trabalho”.

O confinamento parcial entrou em vigor, dia 4 de novembro, em 121 concelhos de Portugal continental onde há “risco elevado de transmissão da covid-19”, aplicando-se o dever de permanência em casa, exceto para deslocações autorizadas, como compras, trabalho, ensino e atividade física

Além de medidas específicas para estes concelhos, a resolução do Conselho de Ministros publicada em Diário da República prolonga a declaração de situação de calamidade em todo o território nacional continental até às 23h59 do dia 19 de novembro.

Aplicando o critério geral do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) de “mais de 240 casos por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias”, e considerando a proximidade com um outro concelho nessa situação e a exceção para surtos localizados em concelhos de baixa densidade, o Governo identificou 121 concelhos com risco elevado de transmissão da covid-19, inclusive os concelhos capitais de 12 dos 18 distritos de Portugal continental: Viana do Castelo, Bra-

ga, Vila Real, Bragança, Porto, Guarda, Aveiro, Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Setúbal e Beja. Ficam de fora Viseu, Coimbra, Leiria, Portalegre, Évora e Faro.

Abrangendo 70% da população residente, ou seja, 7,1 milhões de habitantes em Portugal, a lista dos 121 municípios de “risco elevado de transmissão” pode ser consultada em covid19estamoson.gov.pt e será atualizada a cada 15 dias.

Entre as medidas especiais implementadas nestes concelhos destaca-se o dever de permanência no domicílio, exceto para o conjunto de 26 casos de deslocações autorizadas, em que se incluem aquisições de bens e serviços, desempenho de atividades profissionais, obtenção de cuidados de saúde, assistência de pessoas vulneráveis, frequência dos estabelecimentos escolares, acesso a equipamentos culturais, realização de atividade física, participação em ações de voluntariado social, passeio dos animais de companhia, alimentação de animais, exercício da liberdade de imprensa e deslocações necessárias para saída de território nacional continental.

DELEGAÇÃO DO PSD EM BELÉM

“O PSD NÃO SE PODE PRONUNCIAR SOBRE MEDIDAS QUE DESCONHECE”

O PSD não será um obstáculo à declaração do estado de emergência, mas “não se pronuncia sobre nenhuma medida em concreto”, até porque ainda são “desconhecidas”.

No final de uma audiência, dia 2 de novembro, com o Presidente da República, na qual participaram Rui Rio (por videoconferência), Paulo Mota Pinto e Nuno Morais Sarmento, foi este último quem falou aos jornalistas para dar conta do que foi abordado. O vice-presidente do PSD afirmou que os social-democratas nada têm a opor ao pedido de declaração do estado de emergência apresentado ao Presidente da República pelo Governo.

Nuno Morais Sarmento sublinhou, no entanto, que “a concordância com a possibilidade da declaração do estado de emergência nada tem a ver com a concordância com cada uma das medidas que possa vir a ser tomada”.



GOVERNO ENGANA OS PORTUGUESES “AO DIZER QUE NÃO HÁ AUSTRERIDADE”



Rui Rio acusou, no Parlamento, o Governo de iludir os portugueses, querendo “dar tudo ao mesmo tempo” e, sobretudo, de ter “o descaramento de dizer que não há austeridade”, quando milhares de cidadãos perderam rendimentos, outros milhares estão em “lay-off”, famílias inteiras perderam o emprego e milhares desistem por consultas médicas e intervenções cirúrgicas adiadas por causa da pandemia. “Pode haver desemprego e falências; pode haver milhares de trabalhadores em lay-off com cortes de um terço no seu vencimento; pode haver empresas sem capacidade para pagar os seus salários; pode haver setores da economia estagnados; pode haver regiões socialmente devastadas; pode haver famílias inteiras no desemprego; pode haver portugueses sem acesso às consultas médicas e às intervenções cirúrgicas que necessitam; pode até a taxa de mortalidade por patologias não-Covid estar muito acima do normal, que para o Governo o importante é ter o descaramento de dizer que, com ele, não há austeridade”, referiu.

Na sessão de encerramento do debate na generalidade do Orçamento do Estado, dia 28, Rui Rio explicou que o voto do PSD só poderia ser contra, quando o Governo se limita a “distribuir tudo ao mesmo tempo – o que se tem e o que se não tem” – e ao “dar a falsa ilusão de uma facilidade que não é real e que, mais tarde, poderá ter de ser paga com desnecessário sofrimento”.

O Presidente do PSD insiste que o Orçamento que o PS construiu “não olha para o nosso futuro”, e “tal como nos orçamentos anteriores”, opta por “olhar para o presente e quem vier atrás que feche a porta”.

Neste quadro, Rui Rio sublinha que “em plena e gravíssima crise económica e sanitária, o Governo anunciou dar tudo ao mesmo tempo, com pouca lógica e fraco critério”, porque, para o Executivo, é “importante tentar convencer os portugueses de que não há austeridade”. No entanto, a crise provocada pela pandemia de covid-19 pode ter outras designações, mas o que se assiste é “um período de angústia, de incerteza e de sofrimento” para milhares de portugueses.

Na sua intervenção, Rui Rio voltou a acusar o Governo de “desorientação” na preparação para a segunda vaga da pandemia de covid-19. Rui Rio critica as “graves falhas na capacidade de resposta” do Serviço Nacional de Saúde. “Falta planeamento, mas falta, acima de tudo, consideração e respeito, designadamente por quem não tem outros meios para se tratar que não seja o serviço público de saúde”, assinalou.

Rui Rio critica em concreto a autorização incoerente da realização da festa do Avante! e do Grande Prémio de Fórmula 1, em paralelo com “medidas restritivas” impostas “à vida quotidiana dos portugueses”. “Acréscimo que, pela incerteza e pela angústia que geram, as falhas na resposta sanitária em nada ajudam à recuperação económica, marcada pela imperiosa necessidade de combater o desemprego e reforçar o nosso tecido empresarial”, acrescentou.

Para Rui Rio, “não será possível, neste momento, uma enorme redução dos impostos, do défice ou da dívida, nem uma política agressiva de apoio à exportação e ao investimento”, todavia é “absolutamente imprescindível mudar o rumo”.

Rui Rio disse ainda que “aquilo que aflige um social-democrata não é a existência de ricos, é a existência de pobres”, não havendo outro caminho senão o de “elevar os mais desfavorecidos ao patamar de uma classe média de nível europeu”, e o País enverede por um “novo caminho que, a médio prazo, consiga taxas de crescimento económico mais elevadas, que nos permitam ter melhores empregos e melhores salários para todos os portugueses”.

DUARTE PACHECO ELEITO PRESIDENTE DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

O deputado do PSD Duarte Pacheco foi, dia 2, eleito presidente da União Interparlamentar, uma organização internacional criada em 1889 que conta atualmente com 179 parlamentos membros e 13 membros associados.

O deputado social-democrata recolheu 222 votos favoráveis num universo de 406, deste que é um dos principais e mais ativos palcos da diplomacia parlamentar.

Na carta de apresentação da sua candidatura, em julho deste ano, Duarte Pacheco defendia "um mundo com mais igualdade, coesão social, paz, melhor qualidade ambiental, capaz de enfrentar os desafios que atualmente se colocam ao nível global".

O Presidente da Assembleia da República (PAR) felicitou o deputado social-democrata por esta eleição, atribuindo-a ao "mérito do candidato, muito se devendo à energia e ao dinamismo que sempre demonstrou enquanto membro da delegação da Assembleia da República à União Interparlamentar e nas várias e altas funções que desempenhou e desempenha nesta organização desde 1991". Ferro Rodrigues defendeu que a eleição de Duarte Pacheco "é, pois, o corolário de anos de dedicação à União Interparlamentar e à sua agenda - a defesa do multilateralismo e do diálogo político, em prol dos direitos humanos, da paz e da segurança". E acrescentou que o parlamentar social-democrata "saberá honrar a história de 131 anos da União Interparlamentar e preparar esta organização para os muitos e exigentes desafios que tem pela frente".



Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD
TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

PSD DEFENDE A CRIAÇÃO DE UM QUADRO DE PRAÇAS PARA O EXÉRCITO E PARA A FORÇA AÉREA



Carlos Eduardo Reis anunciou, dia 2 de novembro, que o PSD vai apresentar uma iniciativa com vista à criação de um quadro de praças para o Exército e para a Força Aérea. No debate na especialidade do Orçamento do Ministério da Defesa para 2021, o social-democrata sublinhou que foi com desilusão que o PSD constatou que este Orçamento não contemplava a criação de um quadro de praças para o exército e para a força aérea, lamentando o social-democrata a ausência clara de uma estratégia para a retenção e recrutamento nas forças armadas. Para o deputado, não podemos continuar a pedir cada vez mais às forças armadas, dando cada vez menos. “Tratar bem os militares seria tratar bem o país”, frisou.

Com o Governo a falar na necessidade de mais estudos, o deputado recordou que esta é uma matéria que já foi muito estudada e que urge passar dos estudos à ação. “De 2014 a 2018 perdemos cerca de 15 mil militares dos quadros permanentes ou a contrato. A criação do quadro de praças não resolve tudo, mas é um primeiro passo e não percebemos esta opção do Governo”, afirmou o deputado.

De seguida, Carlos Eduardo Reis enalteceu o papel das forças armadas durante a resposta à pandemia. Com os nossos militares a prestarem apoios a escolas, lares, hospitais, entre muitos outros locais, o social-democrata adiantou que os “os portugueses sentiram-se seguros e reconheceram esse esforço extra das forças armadas”. Contudo, lamenta Carlos Eduardo Reis, há um sítio onde as forças armadas não viram o seu esforço reconhecido: no Orçamento do Estado para 2021.

Já Ana Miguel dos Santos insistiu na criação de um quadro de praças. Segundo a deputada, esta é uma matéria que está mais do que pacificada, mais do que consolidado e mais do que estudada. “Está no momento de criar uma decisão para não estarmos 40 anos à espera, como estivemos no estatuto do antigo combatente”, afirmou.

A deputada questionou ainda o Ministro da Defesa Nacional sobre o valor gasto com a pandemia. Com o Orçamento afeto ao Ministério a diminuir e com as despesas destinadas à pandemia com uma dotação prevista de 30 milhões de euros, a deputada quis saber quais são as missões que vão deixar de ser realizadas.



ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE É POUCO CREDÍVEL



Bruno Coimbra considera que, sendo este o sexto Orçamento do ministro do Ambiente, seria expectável que a experiência acumulada servisse para que este Orçamento fosse mais capaz. Contudo, lamenta o social-democrata, a proposta sistematiza “os mesmos erros e vícios dos anteriores orçamentos”.

No debate na especialidade do documento, o coordenador do PSD na Comissão de Ambiente assinalou que o Orçamento apresentado por Matos Fernandes tem uma “falta de adesão à realidade e as contradições são tantas que, a dada altura, já não sabemos se o senhor Ministro se engana sem querer ou de propósito”.

De seguida, o social-democrata desmontou a narrativa do Governo de que a ação climática “será o motor da recuperação do país”, através do financiamento sustentável, da fiscalidade verde e da educação ambiental. Segundo o deputado, o financiamento sustentável tem um modelo desconhecido, a fiscalidade verde resume-se a impostos sobre os combustíveis e a educação ambiental é tão prioritária que tem 0% de verba alocada.

Depois de sinalizar a opacidade em torno do Fundo Ambiental, Bruno Coimbra concluiu afirmando que este é um Orçamento “pouco credível, no qual o Governo se limita a prometer o que já prometeu no passado e não cumpriu”.

Já Hugo Carvalho questionou o ministro do Ambiente sobre a estratégia do Governo para a transição energética. O parlamentar garantiu que o Governo tem o “apoio do PSD para a descarbonização e para a eletrificação da economia”, desde que esta tenha valor, e quis saber mais sobre os leilões de energia que o Governo está a implementar.

Com o Governo a atribuir apenas 4.5 milhões de euros para melhorar a eficiência energética na casa das pessoas, e a ter de recorrer a verbas europeias, Hugo Carvalho frisou que, por este e outros exemplos, estamos perante um “Euro-Orçamento alicerçado em fundos europeus”.

Por fim, João Marques frisou que “a integração das florestas no Ministério do Ambiente é um erro estratégico para a sustentabilidade do território que Portugal pagará caro no futuro”.

Perante uma diminuição de verbas para o Fundo Florestal Permanente e perante a sua futura integração no Fundo Ambiental, o deputado questionou se é ou não expectável que as verbas para este Programa estejam ainda mais condicionadas e que se perca ainda mais diligência e disponibilidade financeira para a floresta.

Fruto da ação do Governo, adianta o deputado, a floresta de produção está cada vez mais secundarizada e, com isso, abandona-se uma política que promove a atratividade dos territórios ruais e florestais. Como consequência, alerta João Marques, esses territórios vão ficar cada vez mais desertificados.

DIMINUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA NOS CUIDADOS PRIMÁRIOS EM VISEU

Os deputados do PSD eleitos por Viseu estão preocupados com a “diminuição significativa da atividade assistencial” nos agrupamentos de centros de Saúde (ACES) do Douro Sul e de Viseu Dão Lafões.

Em comunicado, os deputados referem que se reuniram com as direções dos ACES “para aferir o impacto da covid-19 no acesso aos cuidados primários”, tendo constatado “que há uma diminuição significativa da atividade assistencial”.

As justificações dadas para que tal aconteça foram as restrições devido à covid-19, os horários dos transportes e as obsoletas centrais telefónicas, mas os deputados consideram ser evidente “a necessidade de contratação de mais recursos humanos e de um melhor planeamento”.

“As consultas presenciais programadas tiveram uma redução superior a 50%, o que também acontece com o encaminhamento de doentes para consultas de especialidade, com a prescrição de exames de diagnóstico e terapêutico, bem como na assistência domiciliária”, lamentam.

Na sua opinião, estes indicadores permitem “concluir que as teleconsultas, embora sejam uma ferramenta útil, não substituem, de forma alguma, a consulta presencial e que os planos de contingência executados não são eficientes”.

Os social-democratas consideram que estes números também evidenciam que, “afinal, não há milagres do Serviço Nacional de Saúde”, mas sim “muitos doentes não covid-19 a ficar para trás ao não terem equidade e acesso aos cuidados primários de saúde”.

“Se a situação é por si muito preocupante, mais grave é não se vislumbrar nenhuma medida para responder e mitigar estes constrangimentos”, acrescentam.

Atendendo à “sobrecarga do trabalho dos profissionais” e à previsão do aumento do número de infetados, os deputados do PSD defendem que “é urgente e necessário um reforço de pessoal para as diferentes áreas, em especial na resposta à covid-19, para libertar os médicos dos cuidados primários para responder às solicitações”.



SÓNIA RAMOS ELEITA PRESIDENTE DA DISTRITAL DE ÉVORA DO PSD



Sónia Ramos foi reeleita presidente da Distrital de Évora do PSD, com 92,7% dos votos expressos, dia 30 de outubro, e estabeleceu como prioridade as eleições autárquicas de 2021 e o objetivo de conquistar uma câmara e aumentar o número de autarcas do PSD na região.

“O ano vai começar com uma eleição presidencial, mas o foco serão as eleições autárquicas”, afirmou a líder do PSD de Évora, após o ato eleitoral.

A dirigente social-democrata foi reeleita para um terceiro e último mandato à frente da Distrital de Évora do PSD, segundo os estatutos do PSD, num ato eleitoral em que liderou a única lista que se apresentou a sufrágio.

Sónia Ramos, jurista, de 47 anos, realçou que as eleições autárquicas, que “são aquelas que dizem diretamente respeito à implantação do partido a nível concelhio e distrital”, constituem-se como “o grande projeto” do seu próximo mandato.

“Temos feito um trabalho contínuo e permanente em alguns concelhos e temos a expectativa de que será possível os eleitores reconhecerem o trabalho que tem sido feito pelo PSD”, assinalou.

A líder do PSD de Évora traçou como objetivo para os sociais-democratas a conquista de uma câmara no distrito e o aumento do número de vereadores eleitos.

Sónia Ramos reafirma que pretende dar continuidade ao trabalho que iniciou em novembro de 2016, quando foi eleita pela primeira vez para o cargo, nomeadamente “aumentar a implantação do partido e continuar a ter secções ativas e dinâmicas”.

PSD/MADEIRA DESTACA REFORÇO DOS APOIOS SOCIAIS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENVELHECIDA



O PSD/Madeira considera que a adaptação das medidas sociais operada pelo governo regional, face à pandemia de covid-19, se tornou “mais evidente” nos concelhos rurais e com uma população mais envelhecida.

“Os projetos que estão no terreno dão respostas sociais muito importantes às famílias que perderam rendimentos e também à população sénior, que também tem as suas necessidades em termos de cuidados ao domicílio, seja de higiene, de lavandaria ou até de fornecimento de refeições”, afirmou a deputada Cláudia Perestrelo.

A deputada falava no âmbito das Jornadas Locais, uma iniciativa promovida pelo grupo parlamentar do PSD/Madeira, no concelho de Santana, no norte da ilha.

Cláudia Perestrelo destacou o “reforço da área social” operado pelo governo regional, de coligação PSD/CDS-PP, face à crise pandémica que afeta a região desde março.

No concelho de Santana, disse, os projetos foram, em grande parte, lançados por entidades locais em parceria com o executivo madeirense e vão ao “encontro das necessidades das pessoas”.

No plano turístico, a deputada sublinhou que tem havido um esforço do governo regional de, por um lado, apoiar os empresários, e os trabalhadores, e, por outro, posicionar a Madeira como destino seguro, não só através da certificação “Madeira Safe to Discover”, disponível a qualquer empresa do setor do turismo, mas, essencialmente, pela implementação de medidas sanitárias que transmitem segurança à nossa população e a quem nos visita.

As Jornadas Locais do PSD visaram uma “abordagem de proximidade” nos diferentes municípios da região autónoma e estão inseridas num projeto que teve início na anterior legislatura (2015-2019), denominado “Mais Cidadania, Melhor Parlamento”.

O grupo parlamentar social-democrata pretendeu “identificar os temas e as preocupações” mais marcantes nas freguesias e concelhos da região, ouvindo autarcas, associações, empresas e outras instituições locais.



CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****BRAGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 13 de novembro (sexta-feira) de 2020, às 21H30 na plataforma Zoom, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise e Discussão do Orçamento de Estado 2021;
2. Informações;
3. Análise da situação política.

Nota: Dados os constrangimentos verificados pela Pandemia Covid-19 a Assembleia Distrital decorrerá na plataforma Zoom, os dados para credenciação serão remetidos a todos elementos da Assembleia Distrital até 48H00 antes do início da mesma.

SECÇÕES**CALDAS DA RAINHA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes do Concelho das Caldas da Rainha, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 5 de dezembro (sábado) de 2020, pelas 16H30, na Sede do PSD das Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, nº 18 – R/C-Dto, nas Caldas da Rainha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Concelhios do PSD das Caldas da Rainha.

1. Mesa da Assembleia da Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 17H00 às 22H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia da Secção das Caldas da Rainha, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta-feira, 2 de dezembro), na morada supracitada.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se os militantes da Secção do PSD de Figueiró dos Vinhos para reunir no dia 5 de dezembro (sábado) de 2020, das 16H00 às 18H00 na Sede, sita Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº 9 Figueiró dos Vinhos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção;

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24H00 do dia 2 de dezembro de 2020 (terceiro dia anterior ao ato eleitoral).

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Plenária de Militantes da Secção Concelhia de Sintra, para reunir no dia 11 de novembro (quarta-feira) de 2020, pelas 21H00, via Zoom, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e análise da situação financeira da Secção Concelhia de Sintra, em virtude dos constrangimentos resultantes de dívidas não liquidadas, na última campanha para as eleições autárquicas (2017) pela Coligação Juntos Pelos Sintrenses, à qual a Secção Concelhia de Sintra é totalmente alheia.

2. Autorizar a Comissão Política de Secção a desenvolver, junto da Secretária-geral do Partido, as diligências necessárias à recuperação do equilíbrio financeiro da Secção, nomeadamente através da eventual alienação dos imóveis do Cacém e de Rio de Mouro.

3. Apresentação e votação da proposta de orçamento da Secção de Sintra para 2021.

Por se tratar de uma reunião on-line, os militantes deverão inscrever-se até ao dia 9 de novembro, impreterivelmente, para o email geral@psd-sintra.pt, indicando o nome, nº do cartão do Cidadão e nº de militante, bem como número de telemóvel para onde serão enviados os dados de acesso ao Zoom.

A admissão e a permanência na Assembleia implicam necessariamente a manutenção da câmara de vídeo ligada, por forma a ser garantida a identidade dos militantes presentes.

NÚCLEOS**GULPILHARES E VALADARES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Gulpilhares e Valadares – Vila nova de Gaia, para reunir no próximo dia 5 de dezembro (sábado) de 2020, pelas 14H00, em sistema de urna aberta, na sede Concelhia do PSD Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Gulpilhares e Valadares.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A Sede estará aberta no último dia das 21H00 às 24H00.

As urnas estão abertas das 14H00 às 17H00.

SANDIM, OLIVAL, LEVER E CRESTUMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Sandim, Olival; Lever e Crestuma, para reunir no dia 5 de dezembro (sábado) de 2020, às 15H00, em sistema de urna aberta, na Junta de Freguesia de Crestuma, sita à Avenida da Saudade 8, em Crestuma, Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Sandim, Olival, Lever e Crestuma.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Núcleo de Sandim, Olival, Lever e Crestuma ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral.

A Sede Concelhia está aberta para receção de listas, no último dia das 21h30 às 24h00.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 18H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

**RECTIFICAÇÃO****PEDRÓGÃO GRANDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Pedrógão Grande para reunir, ordinariamente, no dia 26 de Dezembro de 2020, sábado, pelas 15h00m, na sede da JSD Pedrógão Grande, sita no Largo da Restauração, n.º 2 A, 3270-103 Pedrógão Grande, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos da mesa do Plenário e da Comissão Política da JSD do concelho de Pedrógão Grande.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 15h00m e as 17h00m.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supracitada até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Vila Real para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 05 de Dezembro de 2020, pelas 09h00m, na Sede do PSD de Vila Real, sita na Rua da Boavista, nº 11 - 1º, 5000-641 Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Vila Real.

As urnas estarão abertas entre as 09h00m e as 13h00m.